

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA DA 5ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO

GEOGRAPHICAL SERVICE OF THE BRAZILIAN ARMY

THE ORGANIZATION OF THE LIBRARY OF THE 5ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO

MARIA GABRIELA BERNARDINO | Mestre em História das Ciências e da Saúde. Pesquisadora do Programa de Capacitação Institucional CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

MARIANA ACORSE LINS DE ANDRADE | Bibliotecária e discente da Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz.

MOEMA REZENDE VERGARA | Doutora em História da Cultura e pesquisadora titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

RESUMO

O artigo aborda a história da 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército (5ª DL), localizado no Rio de Janeiro. Versa sobre a parceria entre esta instituição e o Museu de Astronomia e Ciências Afins, cujo principal objetivo é a organização do acervo pertencente a 5ª DL, para que este se torne acessível ao público. Explica como são realizados a seleção, higienização, catalogação, classificação e o acondicionamento do acervo. Apresenta a forma pela qual este trabalho é realizado, por meio do diálogo interdisciplinar entre a história e a biblioteconomia.

Palavras-chave: Serviço Geográfico do Exército; acervo bibliográfico; cartografia – história.

ABSTRACT

The article discusses the history of the 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército (5ª DL), located in Rio de Janeiro. It sheds light on the partnership with Museu de Astronomia e Ciências Afins, whose main goal is the organization of the collection belonging to the 5ª DL, so that it becomes accessible to the general public. It explains how the selection, cleaning, cataloging, sorting and packaging of the holdings is carried out. The article also presents the way in which this work is done through the interdisciplinary dialogue between history and library science.

Keywords: Serviço Geográfico do Exército; bibliographic collection; cartography – history.

RESUMEN

El artículo aborda la historia de la 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército (5ª DL), situada en Río de Janeiro. Se ocupa de la asociación entre la 5ª DL y el Museu de Astronomia e Ciências Afins, cuyo objetivo es la organización de la colección perteneciente a 5ª DL para que sea accesible al público en general. Explica cómo se hizo la selección, limpieza, catalogación, clasificación y embalaje del acervo. Muestra la forma en que este trabajo se realiza a través del diálogo interdisciplinario entre la historia y la biblioteconomía.

Palabras clave: Serviço Geográfico do Exército; colección bibliográfica; cartografía – historia.

INTRODUÇÃO

Muitos conhecem ou já ouviram falar do morro da Conceição, situado no município do Rio de Janeiro. Em meio ao processo de revitalização da zona portuária da cidade, o local pode ser considerado privilegiado, pois abriga inúmeros marcos emblemáticos para a história da cidade e, até mesmo, do Brasil: o Observatório do Valongo, instalado no morro desde a década de 1920, erguido em um terreno conhecido anteriormente por ser um mercado de escravos; a Pedra do Sal, onde encontramos a Comunidade Remanescente de Quilombos da Pedra do Sal, um dos pontos de referência da cultura negra; o Palácio Episcopal da Conceição construído em 1634, abrigo, entre 1702 e 1905, da residência do bispo do Rio de Janeiro e por isso recebeu este nome; e a Fortaleza da Conceição erguida para ser um dos pontos estratégicos de defesa da cidade após a invasão da região por corsários franceses ocorrida em 1711. Os dois últimos locais citados, atualmente, abrigam a 5ª Divisão de Levantamento (5ª DL) do Serviço Geográfico do Exército, espaço que será analisado a partir de agora.



Fachada do prédio principal da 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército. Foto: Alexandre Macieira | Riotur

UM POUCO DE HISTÓRIA...

Em 1932, segundo constam das biografias e memórias militares, a Comissão da Carta Geral do Brasil¹ (CCGB) fundiu-se com o Serviço Geográfico Militar (SGM), dando origem a uma nova instituição: o Serviço Geográfico do Exército (SGE).

No entanto, após consultar os periódicos *A Defesa Nacional* e a *Revista dos Militares*, bem como os documentos referentes à própria história do SGM, constatamos que esta junção de instituições cartográficas militares não foi tão simples quanto nos revelam as memórias do Exército. Faz-se necessário uma maior problematização desta “unificação” das duas agências militares, cuja filiação comum está longe de significar semelhança de origem e composição.

Embora a Comissão da Carta Geral do Brasil contasse com geodestas de alta competência, esses profissionais não possuíam conhecimentos sobre o uso da fotografia aérea nos levantamentos topográficos, a chamada aerofotogrametria, e tampouco da estereofotogrametria, procedimento técnico de campo que une a cartografia à fotografia. Porém, no Rio de Janeiro, um personagem até então fora de cena revela-se um entusiasta dos novos métodos. Era o major Alfredo Vidal. Dizia ele em 1915:

Influenciado pelas interessantes publicações que apareceram a partir de 1903, nos anuários de José M. Eder e em outras revistas técnicas que me davam a conhecer o trabalho do dr. Pulfrich (colaborador científico da Casa Zeiss de Viena) sobre estereofotogrametria, procurei em 1907, relacionar-me com essa firma e obtive com regularidade todos os dados que me permitiam acompanhar a rápida evolução desse novo método fotogramétrico.

Em 1910, o major Vidal propôs ao general José Caetano de Faria, então ministro da Guerra, a aquisição para o Exército de um fototeodolito, um estereocomparador e de um estereoaquígrafo, aparelhagem construída exclusivamente na Casa Zeiss² (Moura, 1982, p. 246). Sem êxito na ocasião, o major repetiu a proposta ao novo ministro, general Vespasiano de Albuquerque. Desta vez, Vidal obteve a autorização de compra pelo ministro, entretanto a aquisição dos instrumentos não saiu do papel.

Nova tentativa seria feita em 1913, agora ao então prefeito do Distrito Federal, general Bento Ribeiro, com quem Vidal mantinha boas relações. Com base nelas, o major finalmente conseguiu que se fizesse a compra dos instrumentos, comprometendo-se a usá-los na produção da Carta Cadastral da Capital da República, de interesse da prefeitura. Obteve, ainda,

1 A Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932) pode ser caracterizada como o primeiro esforço republicano em produzir um mapa para o território nacional. A tentativa cartográfica partiu da Terceira Seção do Estado Maior do Exército, subordinada ao Ministério da Guerra.

2 No início do século XX, a companhia Carl Zeiss (ou Casa Zeiss), estabelecida em Jena, Alemanha, era uma das empresas líderes em ótica e mecânica de precisão. Notabilizava-se pela produção de instrumentos científicos, tais como microscópios, telescópios, teodolitos etc.

permissão para organizar uma seção de estereofotogrametria e instalá-la na Fortaleza da Conceição. No entanto, até então não existiam no Brasil profissionais especializados em estereofotogrametria para a execução dos trabalhos de campo e de gabinete, bem como especialistas capazes de preparar novos técnicos em aerofotogrametria (Peregrino, 1967, p. 149).

A conquista de Alfredo Vidal não ficaria restrita à colaboração com a prefeitura. Transferiu-se ao Exército, pois motivou jovens oficiais que dirigiam a revista *A Defesa Nacional*, da qual logo falaremos mais detalhadamente, a publicar uma nota em favor das diligências do major:

Por uma louvável iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito do Distrito Federal e as instâncias do hábil engenheiro, operoso e dedicado oficial, o Sr. Major Alfredo Vidal vai brevemente ser introduzida no Brasil a genial aplicação da fotografia na cartografia [...]. As vantagens deste método são: o tempo a passar no terreno é relativamente curto, não é necessário percorrer as partes a levantar, as medidas são feitas tranquilamente no gabinete [...]. Cada uma dessas vantagens por si só, representa na prática uma enorme economia de trabalho, de tempo e de dinheiro assegurando pois um sucesso permanente ao novo método, não só nos casos de inaplicabilidade de outros devido a ser o terreno inacessível, mas ainda onde estes eram usados até aqui [...] (*A Defesa Nacional*, 1913).

Como percebemos, logo em sua primeira edição, *A Defesa Nacional* apoiou as iniciativas de Alfredo Vidal. O periódico militar de opinião independente do Estado Maior foi fundado em outubro de 1913. Sua origem é bem peculiar: um estágio foi concedido a jovens militares do Exército brasileiro na Alemanha; quando esses oficiais retornaram ao Brasil, fortemente impressionados com os métodos e a organização militar germânica, dedicaram-se a lutar por transformações na corporação (Carvalho, 2005), no sentido de maior profissionalismo e eficiência técnica.

Convencer o Alto Comando de que as lições aprendidas na Alemanha eram o melhor caminho a seguir para o Exército brasileiro, não se mostraria uma missão fácil para os ex-estagiários, que, a partir do contato com o Exército germânico, vislumbraram um novo papel para as Forças Armadas no Brasil. É importante destacar que, desde 1898, o Exército brasileiro buscava realizar reformas na corporação, tendo adentrado no século XX com a orientação de desenvolver o sentido prático da instrução, marcada até então pela excessiva orientação teórica na formação dos oficiais.

Apesar dos ideais e da sede de transformações, os oficiais germanófilos foram recebidos na volta do estágio com desdém e logo deduziram que, no que dependesse da estrutura burocrática do Exército brasileiro, as lições aprendidas no Exército alemão seriam perdidas. A saída encontrada para a divulgação de suas ideias foi a criação de uma revista, assunto que já viera à tona no próprio navio que trouxera os oficiais de volta ao Brasil. O tom conferido pelos ex-estagiários à sua revista era bem específico. A publicação *A Defesa Nacional* adotou o mesmo nome utilizado como bandeira por jovens reformadores do Exército turco, que conseguiram promover grandes reformas na estrutura militar de seu país. Rapidamente, os

opositores aos métodos alemães passaram a denominar o grupo de “jovens turcos”, expressão de caráter pejorativo. Logo em seguida, no entanto, o apelido reverteu seu significado, sendo interpretado como sinônimo de envolvimento profissional com o Exército brasileiro (Trevisan, 2011, p. 118).

Nesse contexto, o principal objetivo de *A Defesa Nacional* consistia na defesa do modelo militar alemão como exemplo a ser seguido pelo Exército brasileiro. A questão que nos interessa é a relação de *A Defesa Nacional* com o Serviço Geográfico Militar. O periódico percebeu na cartografia desenvolvida por Vidal um reflexo perfeito das mudanças que pretendia implementar na instituição. Uma vez que ambos tinham como modelo a cultura militar germânica e eram favoráveis à reformulação da mentalidade vigente, a convergência de interesses foi intensa.

A partir de seu envolvimento com a produção da carta cadastral, o major Vidal achou necessário enviar à Europa alguém de sua extrema confiança, com a finalidade de aprimoramento técnico e maior contato com os fabricantes dos aparelhos, na Alemanha, e com os principais responsáveis pelo desenvolvimento da estereofotogrametria, o tenente E. Von Orel e o dr. Pulfrich, do Instituto Militar de Viena. O escolhido para fazer a viagem foi o capitão Alípio di Primo, que fez parte da Comissão da Carta Geral do Brasil em seus primórdios. Assim esclarece Vidal:

Com o consentimento do Ministério da Guerra dei caráter oficial ao convite que eu particularmente já fizera nesse sentido em 1910 ao Sr. Capitão Alípio di Primo e ele prontamente aceitou os encargos dessa missão, a despeito das exigências de tratamento de sua saúde comprometida por grave moléstia contraída nos extenuantes trabalhos de exploração geodésica em regiões difíceis do Rio Grande do Sul (Vidal, 1915, p. 22).

Dando seguimento aos planos do major Alfredo Vidal, Alípio di Primo foi para Viena, enquanto o major ficou no Rio de Janeiro tratando de assuntos referentes à carta cadastral da capital. Quando Alípio di Primo chegou à cidade foi apresentado ao dr. Pulfrich e posteriormente recebido no Instituto Geográfico Militar de Viena, onde iria adquirir o conhecimento necessário para o manejo das técnicas ali desenvolvidas. Além dessas incumbências, o capitão também tinha outra missão: escolher um engenheiro austríaco especializado na técnica fotogramétrica para a direção dos trabalhos da Carta Cadastral do Distrito Federal. Como já mencionamos, Vidal entendia ser de extrema relevância a presença de um especialista. O escolhido foi Emilio Wolf, colaborador da Casa Zeiss. Este chegou ao Brasil em 31 de julho de 1914, no entanto logo regressou à Europa, devido aos seus deveres militares relacionados à eclosão da Grande Guerra.

Em 1915, após gestões de Vidal, Wolf regressa e ministra o primeiro curso teórico e prático no Brasil sobre estereofotogrametria. Para essas aulas se inscreveram o então coronel Augusto Tasso Fragoso, o major Alfredo Malan e o próprio capitão Alípio di Primo, entre outros.

Nesse mesmo ano, Vidal apresenta ao Estado Maior do Exército suas propostas para renovação dos métodos cartográficos no Brasil. O major defendia a criação de uma instituição

cartográfica militar inteiramente nova, inspirada em modelos europeus – notadamente o Instituto Geográfico Militar de Viena. Como mencionado, sempre com o apoio dos editores de *A Defesa Nacional*, publica nas páginas da revista parte do livro *Introdução à estereofotogrametria no Brasil*, síntese das suas propostas.

Entre outros projetos, o major visava unificar a cartografia militar realizada no Brasil em uma única instituição – evidentemente, o SGM que dirigia –, absorvendo a Comissão da Carta Geral do Brasil e os escritórios cartográficos do Estado Maior e da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (a Comissão Rondon, que, naquele momento, possuía uma seção cartográfica).

Como vimos anteriormente, as gestões de Vidal junto às instâncias militares superiores deram resultado. O Serviço Geográfico Militar foi finalmente instalado em uma velha fortaleza no morro da Conceição, Centro do Rio de Janeiro, em 1917. Apoiado pelo general Bento Ribeiro, a esta altura chefe do Estado Maior do Exército, Alfredo Vidal, como pudemos acompanhar, conseguiu implantar a estereofotogrametria na cartografia brasileira (Veríssimo, 1959, p. 57).

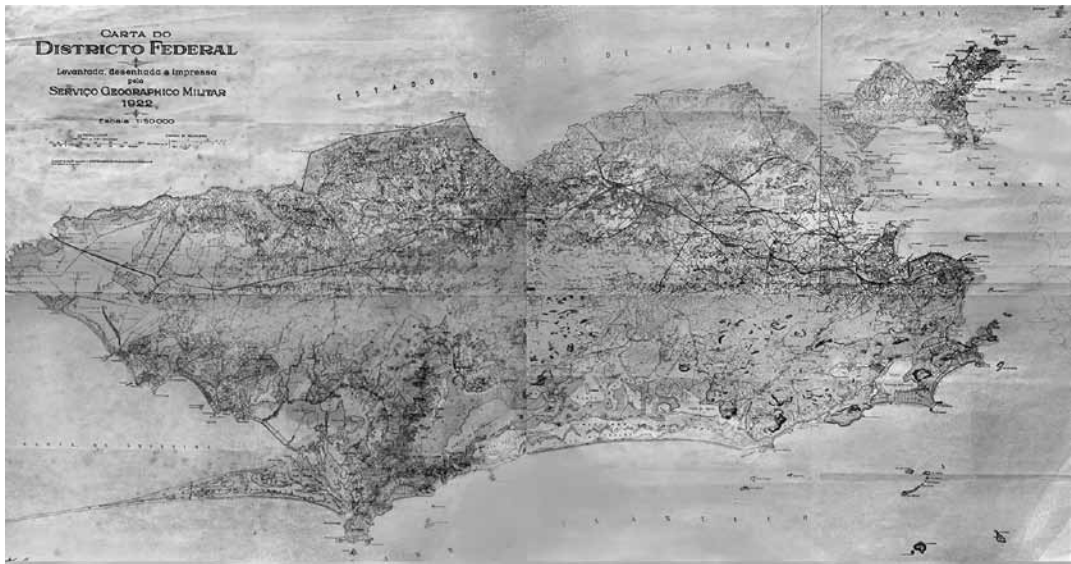
A nova instituição ganhou mais notoriedade quando conseguiu, após seguidos esforços, trazer ao Brasil um grupo de engenheiros-geógrafos e técnicos em cartografia do Instituto Geográfico Militar de Viena, depois da derrota do Império Austro-Húngaro na Primeira Grande Guerra. A chamada “Missão Austríaca”, chefiada pelo barão Arthur Von Hubl e composta por mais dez profissionais (Castelo Branco, 1970), chegou ao Brasil em 14 de outubro de 1920. O objetivo da missão era especializar os engenheiros-geógrafos brasileiros nas técnicas estereofotogramétricas então em voga, ministradas pelos técnicos austríacos.

Em suma, podemos entender que a inovação cartográfica trazida ao Brasil por Alfredo Vidal e Alípio di Primo foi bastante prestigiada em sua recepção no país. Prova disso foi a exibição da Carta Cadastral da Capital da República na Exposição Comemorativa do Centenário, em 1922. A carta, resultado do primeiro experimento fotogramétrico no Brasil, foi merecedora de muitos elogios.

Enquanto isso, *A Defesa Nacional* continuava a divulgar matérias visivelmente favoráveis ao SGM e, por extensão, contrária à permanência da Comissão. Fazendo coro ao major Vidal, a revista postulava:

Apesar de todos os esforços, até hoje dispendidos, quem meditar um pouco sobre a marcha dos serviços pertinentes ao Serviço da Carta não poderá fugir à conclusão que eles não correspondem de modo algum, ao decisivo propósito de atingirmos, dentro de um prazo razoável, o objetivo por eles visado. Eles apenas vivem porque os orçamentos anuais lhe proporcionam, à guisa de injeção periódica, verbas suficientes para não morrerem (*A Defesa Nacional*, 1924).

O pano de fundo em que transcorre toda a controvérsia entre o SGM e a CCGB foi o próprio contexto republicano, favorável, em si, às metodologias “modernas”. Em contrapartida, a



Carta Cadastral do Distrito Federal, 1922. Fonte: 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército.

triangulação geodésica, utilizada pelos integrantes da CCGB, parecia obsoleta. Vale conferir, nas páginas de *A Defesa Nacional* (1927):

[...] O Serviço Geográfico Militar representa o que há de mais perfeito e de mais homogêneo no assunto. É obra de alguns brasileiros inteligentes e patriotas e da sábia missão de profissionais austríacos. A Comissão da Carta Geral do Brasil é a primeira tentativa de organização de tal serviço no Exército. O que ela tem feito representa bastante, mas, não que mereça substituir e quiçá absorver o SGM. A Carta não aceita o Serviço, refutalhe qualquer cooperação, qualquer contato, qualquer orientação. Como exemplo mais tangível disso aí estão as convenções cartográficas, adotadas oficialmente no Exército e, no entanto não aceitas na Carta Geral. Dar ao SGM a direção suprema dos problemas geográficos do Exército levando a sua autoridade até a Carta Geral, integrando-a definitivamente nele, não é só uma medida de comezinha inteligência, mas de honesta compreensão dos limites até onde se deverão sobrepor as suscetibilidades pessoais aos interesses da Nação. E além disso é preparar para o Exército a grande honra de enfeixar através do SGM a direção futura dos problemas de geografia nacionais [...].

Em 1932, a Comissão da Carta Geral do Brasil foi enfim absorvida pelo SGM, conforme os planos traçados pelo major Vidal, amplamente difundidos na revista dos “jovens turcos”. Formou-se, assim, o Serviço Geográfico do Exército, com sede no morro da Conceição, Rio de Janeiro, e um “braço” em Porto Alegre, com o nome de 1ª Divisão de Levantamento.

Na mesma década, ocorreu a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal instituição se tornou a principal responsável pelo mapeamento nacional, no en-

tanto, ainda assim, dependia dos serviços de fotogrametria prestados pelo Serviço Geográfico do Exército, uma vez que o IBGE não tinha domínio de tal técnica. Desta forma se sucederam os trabalhos de mapeamento do Brasil nas décadas seguintes: o SGE atuava de forma colaborativa com o IBGE.

Na década de 1970, a diretoria do SGE foi deslocada para Brasília e a base do Rio de Janeiro passou a ser responsável pelo mapeamento militar da região sudeste do Brasil sob a denominação de Divisão de Levantamento General Alfredo Vidal, ou simplesmente 5ª DL.

O ACERVO DA 5ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Após conhecermos um pouco do histórico desta instituição, parece-nos bastante claro que ela é parte fundamental da história da cartografia no Brasil. Além disso, desde o início do século XX, foi acumulado um número considerável de documentos e livros sobre cartografia, fotogrametria, geodésia, astronomia, geografia, história do Brasil e do Rio de Janeiro que se encontram sob a guarda da 5ª DL do Serviço Geográfico Militar.

Embora o acervo seja rico, ele é praticamente inexplorado e como o SGE é considerado um local que tem como missão o mapeamento do Brasil, não existe a presença de profissionais habilitados para a organização deste material de valor histórico.

A parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) data de 2010, quando o grupo de pesquisa Território, Ciência e Nação (1870-1930), preocupado com o estudo da cartografia histórica no Brasil, iniciou pesquisas no acervo documental da instituição. A afinidade das duas instituições ficou evidente, uma vez que além de documentos, a 5ª DL possuía um rico acervo de instrumentos científicos de valor histórico. Tendo em vista que a missão do Mast é auxiliar a preservação do patrimônio científico brasileiro, foi aberto na ocasião um diálogo visando à cooperação técnica entre ambas as instituições. Contudo, apesar da boa vontade institucional, por razões conjunturais, o acordo não foi à frente.

Em 2013, o então Comando da 5ª DL, cel. Vidal, por intermédio do antigo chefe, cel. Hélio Gouvêa Prado, agora chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites/MRE, entrou em contato com a pesquisadora Moema Vergara do Mast para relatar o problema que estava ocorrendo com a biblioteca da 5ª DL. Por absoluta falta de pessoal técnico e necessidade de espaço, seus livros estavam sendo descartados e o comandante gostaria de saber do interesse do Mast em recolher aquele material para o seu acervo.

Tendo em vista que uma das preocupações principais na questão de conservação de coleções é a preservação de seu entorno, não havia sentido a simples anexação de uma biblioteca a outra. Assim, a pesquisadora se ofereceu para contratar, com recursos do Mast, uma historiadora especialista em cartografia militar, a professora Maria Gabriela Bernardino, junto com o então bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Mast, professor Bruno Capilé, para fazerem uma triagem do material.

O critério utilizado para salvaguardar os livros foi a sua relevância histórica para o Rio de Janeiro, para o Brasil e para o estudo da cartografia e da geodésia. Nesta primeira reunião da pesquisadora com o comando da 5ª DL, também foi informado que naquela biblioteca havia

filmes em película que datam do início do século XX, possivelmente algum com a presença do marechal Rondon. Uma vez que a questão audiovisual era uma preocupação da pesquisa do grupo Território, Ciência e Nação, que estava desenvolvendo um site para divulgação para o grande público, a parceria, mesmo que informal, se estabeleceu, e ficou acordado um franco acesso aos documentos históricos para o grupo de pesquisa do Mast.

É importante salientar que no trabalho de triagem, cerca de seiscentos livros foram resgatados. Tais obras estão diretamente relacionadas à história da ciência, em especial às áreas de astronomia e cartografia. Três filmes de importância histórica foram localizados, principalmente por mostrar as dependências e o trabalho do Serviço Geográfico em diferentes períodos: há um filme mudo de 16mm dos anos de 1920 e outro preto e branco, com locução de Luiz Jatobá, de 35mm, provavelmente da década de 1960.³ O terceiro é colorido e sonorizado, de origem desconhecida, possui fortes indícios didáticos e deve ter sido usado para o treinamento do corpo técnico. Todo este material foi digitalizado com recursos do Mast. Também foi interessante o uso desses filmes digitalizados pela 5ª DL que, com o aumento de visitação durante a Copa do Mundo no Rio de Janeiro, em 2014, providenciou uma televisão na biblioteca e lá projetava os filmes.

Após este primeiro momento de organização e triagem da biblioteca, que durou três meses, foi redigido um acordo formal entre as duas instituições que se encontra atualmente no jurídico do Exército brasileiro.

Em 2014, iniciou-se a fase de cooperação mais sistemática do Mast na 5ª DL com o trabalho de uma bolsista PCI/Mast e uma bolsista de iniciação científica CNPq/Mast da área de arquivologia, com supervisão da bibliotecária Mariana Acorse Lins de Andrade. Cabe também



Documentação localizada na 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército. Fonte: acervo pessoal de Maria Gabriela de Almeida Bernardino

3 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XF5Emp4AVdM>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=WWQQo3HEubQ>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=wrj7I3z1vfY>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

registrar que este trabalho conta com o apoio da Faperj, uma vez que este grupo de pesquisa foi contemplado pelo edital de Grupos Emergentes de Pesquisa, edição 2013.

ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

O trabalho que está em desenvolvimento na Biblioteca da 5ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército tem como objetivo organizar e tornar a biblioteca acessível aos interessados na consulta do acervo disponível na instituição, conforme orienta a primeira lei da biblioteconomia: “os livros são para usar”.

No início do trabalho, encontramos a biblioteca desativada e os livros e fotografias armazenados em caixas de papelão de modo inadequado para a conservação do material. O acervo não estava organizado de forma que fosse possível recuperar qualquer informação e havia muita poeira no material e no ambiente. Contudo, a biblioteca é ampla e bem arejada, dificultando o aparecimento de fungos. Até o momento, não foram encontrados insetos nas estantes ou no acervo.

Como já mencionado, o objetivo geral é organizar o acervo da biblioteca, a fim de conservar e disponibilizá-lo para consulta. E, para isso, dividimos o trabalho em quatro fases: na primeira fizemos a seleção do acervo; na segunda fase, ainda em andamento, fazemos a higienização; na terceira fase, faremos a classificação e a catalogação do acervo; e, por fim, na quarta fase, faremos o acondicionamento dos materiais.

Na seleção, avaliamos a pertinência do assunto dos materiais em relação à cobertura de assunto da biblioteca. De acordo com Vergueiro (2010, p. 13), uma das primeiras considerações a serem feitas na seleção de materiais em bibliotecas diz respeito à problemática do assunto, a fim de verificar se os materiais passíveis de incorporação ao acervo estão ou não incluídos nos parâmetros gerais de assunto ou áreas de cobertura da coleção.

A higienização é a “retirada de poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, usando instrumental indicado e técnicas apropriadas para não produzir estragos” (DICT, p. 45 apud Cunha; Cavalcanti, 2008). Esta fase contribui para a permanência estética e estrutural dos documentos, além de atuar como elemento de prevenção à saúde das pessoas envolvidas com estes acervos (Spinelli, 2010).

É feita a higienização tanto da área quanto do acervo. As estantes são limpas com pano seco, pois são de madeira. Não podemos utilizar nas estantes produtos como lustra-móveis, visto que danificam os livros. Esta é uma atividade que exige tempo, já que os livros e fotografias são higienizados um a um, manualmente, e deve ser realizada com o equipamento de segurança necessário para os operadores, como jaleco, luva, máscara, touca e óculos. Com uma trincha de cerdas macias (pincel largo) retiramos a poeira dos cortes do livro (laterais do livro) e do interior das capas, fazendo a varredura; com um pano macio e seco retiramos a poeira da capa e da contracapa do livro. Por fim, oxigenamos o livro folheando-o. Nas fotografias fazemos delicadamente a varredura com a trincha. É importante observar se há pó produzido por broca ou cupim e se o material foi danificado por insetos.

Na terceira fase, faremos a classificação de cada material, quanto ao assunto que é tratado, e a catalogação, que é a representação descritiva do material, especificando dados como autor, título, local de publicação, editora, ano, dentre outros.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 84) definem classificação como o agrupamento real, ou ideal, daquilo que é semelhante e a separação do que é diferente. Os autores afirmam ainda que, geralmente, a classificação é o ato da divisão, em várias classes, de um conjunto de objetos. A classificação bibliográfica é a combinação dos documentos de acordo com os assuntos de que tratam (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 84). A classificação documentária a ser utilizada será escolhida entre a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU).

De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 7), a catalogação é o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

A classificação e a catalogação são importantes para que seja possível recuperar a informação. Mey e Silveira (2009, p. 2) afirmam que seria impossível aos usuários das bibliotecas, para escolha do material mais conveniente, folhear todos os livros, ouvir todos os discos, manusear ou acessar todas as outras formas de registro disponíveis nos acervos reais ou ciberespaciais, mesmo que os materiais estivessem ampla e corretamente “arrumados”. Então, os bibliotecários elaboraram representações desses registros, de forma a simplificar a busca, ou seja, os bibliotecários elaboraram conjuntos de informações codificadas para representar cada um dos registros de conhecimento existentes em acervos.

Para a realização da catalogação utilizaremos um software gratuito específico para administração de bibliotecas, ainda a ser definido, além das tradicionais fichas catalográficas de papel. Assim, será possível realizar a busca pelo material no computador ou nas fichas.

E, por fim, o material será acondicionado nas estantes e nos armários disponíveis na biblioteca, de acordo com a classificação. A função do acondicionamento de acervos bibliográficos é proteger as obras, preservando a integridade física, química e estética dos documentos (Oliveira, 2008, p. 63).

Os documentos soltos devem ser acondicionados em pastas e estas guardadas em caixas, que podem ser dispostas vertical ou horizontalmente nas estantes. Além disso, os documentos não devem ficar demasiadamente apertados para que não sofram danos ao serem retirados (Oliveira, 2008, p. 67).

As fotografias, que são materiais mais frágeis, serão armazenadas em envelopes para que o material seja conservado e protegido das sujidades. E os livros serão armazenados nas estantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muito se caminhou com as reflexões de Roger Chartier, Robert Darton e Peter Burke sobre a história da leitura e dos livros em seus diversos aspectos materiais. Ao falar de livros imediatamente nos remetemos às bibliotecas e, mais especificamente, ao que

Christian Jacob chamou de “o poder das bibliotecas”. Para este autor, ler numa biblioteca é “instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e as partes” (Jacob, 2008, p. 10). É a tensão permanente entre a universalidade e a seleção que conduz o estar presente em uma biblioteca. Jacob (2008, p. 11) sintetiza perfeitamente o que o grupo de pesquisa Território, Ciência e Nação pensa ao afirmar que “uma biblioteca, em última instância, só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores”. Assim, estamos empenhados em preservar o conteúdo e o entorno de uma biblioteca fundamental para o patrimônio científico-cultural brasileiro, na esperança de que outros pesquisadores lá trabalhem, agregando valor a uma coleção que fechada estará fadada ao esquecimento e à dispersão.

Embora o nosso principal objetivo seja realizar o levantamento e a organização do acervo pertencente ao Serviço Geográfico do Exército, a fim de que todos possam aproveitá-lo da melhor forma possível, também destacamos a importância deste espaço para a história do Rio de Janeiro. Muitos desconhecem o local ou, até mesmo, acreditam que a entrada seja restrita a militares.

Além da biblioteca, e dos prédios e jardins históricos (tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional), também podemos ter acesso ao Museu Cartográfico, que conta com instrumentos científicos, mapas raros e raríssimas fotografias do Rio de Janeiro da década de 1920.

O trabalho cujo resultado agora apresentamos procura desenvolver um diálogo interdisciplinar entre a história e a biblioteconomia, pois apesar do apreço dos historiadores pelas bibliotecas é necessário a presença do especialista na organização e conservação das mesmas.

Referências bibliográficas

CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 13-61.

CASTELO BRANCO, M. *A Missão Austríaca e o Serviço Geográfico do Exército*. Brasília: Diretoria de Serviço Geográfico, 1970.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

A DEFESA NACIONAL – Revista de Assuntos Militares. Rio de Janeiro: Exército brasileiro, 1913, 1924, 1927.

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 9-20.

LEVANTAMENTO do Serviço Geográfico: parte 1. Produção de Pericles Augusto. [S.l.]: [s.n.], 1927. 1 DVD. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XFsEMp4AVdM>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

LEVANTAMENTO do Serviço Geográfico: parte 2. [S.l.]: [s.n.], [196?]. 1 DVD. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WWQO3HEubQ>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

LEVANTAMENTO do Serviço Geográfico: parte 3. [S.l.]: [s.n.], [19-?]. 1 DVD. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wrj7l3z1vfY>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

- MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- MOURA, J. U. Planetário e Observatório Canopus. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiás, v. 2, n. 2, p. 245-250, jul.-dez. 1982.
- OLIVEIRA, C. L. de. Acondicionamento. In: CASSARES, N. C.; TANAKA, A. P. H. (org.). *Preservação de acervos bibliográficos: homenagem a Guida Midlin*. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, 2008, p. 63-70.
- PEREGRINO, U. *História e projeção das instituições culturais do Exército*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- SPINELLI, J. *Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/higienizacao_Jaime.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- TREVISAN, L. N. *Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- VERGUEIRO, W. *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.
- VERÍSSIMO, I. J. Sobre a história do Serviço Geográfico do Exército. *Boletim da Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, n. 32, jan. 1959.
- VIDAL, Alfredo. *Introdução à estereofotogrametria no Brasil*. Brasília: Estado Maior do Exército, 1915.

Recebido em 30/11/2014
Aprovado em 29/1/2015